

O ARQUIVO DE “TENDÊNCIAS E CULTURA” (*OPINIÃO* 1972-1977)

Eduard Marquardt*

Gerado dentro das perspectivas do Projeto Integrado de Pesquisa “Poéticas Contemporâneas”, do Núcleo de Estudos Literários & Culturais da Universidade Federal de Santa Catarina, cujo objetivo é um mapeamento da crítica literária e cultural a partir dos anos 70, meu trabalho com o jornal *Opinião* consiste na catalogação e análise da editoria de “Tendências e Cultura”.

Para esta apresentação, gostaria de me deter em conceitos tais como o de *instituição*, *formação* e o de *suplemento*, entendendo-os como modos de abertura, mediação e leitura do arquivo, a fim de salientar as particularidades do periódico e sua organização. Diria, aliás, que para se retirar do arquivo algo mais que a informação, ou seja, ultrapassar sua dimensão imediata, utilitária, é necessário provisoriamente esquecê-lo. Portanto, farei uso da menor quantidade de dados possível.

ENTRE A INSTITUIÇÃO E A FORMAÇÃO

Minha hipótese, aqui, é a de que o jornal *Opinião* se posta *entre*. Entre a instituição e a formação. Que a editoria de “Tendências e Cultura” se coloca entre a notícia e o ensaio. Antes de prosseguir, porém, sugiro a leitura do que, com ressalvas, podemos chamar “manifesto” do jornal, publicado na edição de número zero, de 23 de outubro de 1972.

UM NOVO SEMANÁRIO NACIONAL

Um jornal que não defende interesses pessoais, não pertence a nenhum partido, não é porta-voz de qualquer ideologia e se recusa a aceitar um volume de publicidade que ultrapasse a

* Mestrando em Teoria Literária pela Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista CNPq.

20 por cento de sua receita. Esses são os princípios básicos de OPINIÃO, semanário que começa a circular no próximo dia 6 de novembro, segunda-feira.

OPINIÃO pertence à Editora Inúbia, de Fernando Gasparian, um dos mais conhecidos industriais brasileiros. Em 1970, Gasparian afastou-se de suas atividades empresariais para dedicar-se exclusivamente à vida universitária. Tornou-se então professor (“Visiting Fellow”) da Universidade de Oxford e agora vai dedicar-se também a OPINIÃO. O editor-chefe é Raimundo Rodrigues Pereira, ex-editor de *Veja* e de *Realidade*.

O jornal não pretende se limitar a um simples relato dos fatos da semana. “Devemos analisar, criticar e interpretar esses fatos para o leitor com a maior honestidade e seriedade possível”, diz o editor.

OPINIÃO propõe-se a atingir uma ampla faixa de leitores. A despeito desse tom de seriedade — que poderia sugerir uma publicação dirigida apenas a intelectuais — suas vinte e quatro páginas serão divididas em três editorias — assuntos nacionais, assuntos internacionais e tendências & cultura — cada uma delas abrangendo um variado campo de interesses.

A editoria de assuntos nacionais tratará dos principais acontecimentos políticos e econômicos da semana. Uma página será dedicada a matérias sobre defesa do ambiente brasileiro e do consumidor.

Na editoria de assuntos internacionais está a grande novidade de OPINIÃO: em quatro páginas editadas no Brasil e encartadas no meio do jornal aparecerá a edição brasileira do *Le Monde*, seleção de artigos do diário francês que é considerado um dos melhores do mundo. Outros convênios internacionais garantem o que os editores julgam ser “os melhores artigos da imprensa liberal” dos Estados Unidos e Inglaterra. OPINIÃO tem a exclusividade dos direitos de *The New Statesman*, um dos mais respeitados semanários ingleses, e de *The New York Review of Books*, a mais importante publicação intelectual de língua inglesa. O jornal reproduz ainda material de *The Guardian*, de Londres, e *The Washington Post*.

As últimas oito páginas do jornal tratarão das novas tendências do comportamento e de acontecimentos culturais. A editoria de tendências & cultura terá ainda dois guias (um do Rio e um de São Paulo) com breves indicações de filmes, peças teatrais e outras atividades culturais e de divertimentos. Na tentativa de ser um jornal “aberto” para o grande público OPINIÃO tem ainda uma seção de lazer e esporte onde a novidade maior é uma moderna coluna de xadrez.

Após essas considerações, consta um demonstrativo dos custos, desde a tiragem até o pagamento do pessoal. A fórmula indica que o jornal deverá ser auto-sustentável, para que possa independe a ação do próprio diretor/investidor (é o desejo do próprio). Além, tem-se um pequeno histórico das atividades de Fernando Gasparian, Bernardo Kucinski (o correspondente internacional), Raimundo Rodrigues Pereira e Antonio Carlos Carvalho, que figura como secretário. A estes nomes somam-se os de Elifas Andreato, Arlindo Mungiolli, Mário Alberto de Almeida, Marcos Gomes, Flávio Pinheiro (o primeiro editor de “Tendências e Cultura”), Julio Cesar Montenegro Bastos (o segundo), além do “grupo produtor de matérias”: Antonio Callado, Millôr Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Otto Maria Carpeaux, Celso Furtado, Chico de Oliveira, Hélio Jaguaribe, Paulo Francis, Lauro de Oliveira Lima, Jean-Claude Bernardet e Oscar Niemeyer.

Fechando o conteúdo desta edição, consta uma nota intitulada “Por que não fotografia?”, que apresenta os ilustradores do jornal (uma equipe de fotógrafos seria muito oneroso), bem como a preocupação para que as imagens vinculadas estejam de fato relacionadas com o conteúdo dos textos. Temos ainda uma página do *Le Monde* e, por fim, o anúncio

PARA ENTENDER AS NOTÍCIAS, VOCÊ PRECISA DE **OPINIÃO**

Uma notícia é apenas uma pequena parte da verdade. Por trás dela existem razões ocultas, interesses, jogadas. Ela precisa ser relacionada com outros fatos, interpretada. Estamos lançando um jornal — *OPINIÃO* — cujo objetivo é fazer você entender os fatos mais importantes da política, da economia, do comportamento social e da cultura.

Bem. *Grosso modo*, penso que além dos elementos constitutivos de um programa (apartidarismo político, ausência de um componente ideológico declarado — embora seja este mesmo o próprio —, empresarismo sem fins lucrativos, comprometimento intelectual sem hermetismo, respaldo internacional e crítica), pode-se ler através destes fragmentos um descontentamento com relação às demais publicações daquele momento, com aquilo que estas, de certa forma, não estariam fazendo. Haveria um *modo de dizer* das coisas que estaria sendo reprimido, de modo que *Opinião* emerge como um lugar político, constituindo-se como uma unidade diante da ditadura: quer espaço, quer debate. É visível um componente civilizatório, de educação da coletividade, em sentido disciplinador da democracia contra o controle estatal, tal como nos fala Zygmunt Bauman, quando disserta sobre a função mediadora do intelectual, em *Legisladores e intérpretes*.¹

Até aí, de certo modo, podemos pensar essa unidade — *Opinião* — como uma *formação*, no sentido pedagógico de constituição e manutenção de um caráter, ou seja, sua legislação. Além, o termo formação nos dá ainda a idéia de um arranjo, um corpo, um conjunto de forças que se estabelece no terreno de operações — e na época se tem, de fato, uma guerra.

No entanto, talvez não se deva aplicar o conceito de formação gratuitamente. Para Raymond Williams, as formações constituem movimentos e tendências efetivos na vida intelectual e artística, tendo influência decisiva no desenvolvimento ativo da uma cultura,

¹ Cf. BAUMAN, Zygmunt. Educar al pueblo. *Legisladores e intérpretes*. Trad. Horacio Pons. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1997, p. 101.

relacionando-se variável e obliquamente com as instituições formais.² Em contrapartida das instituições, que, *grosso modo*, concernem a lugares de enunciação e produção oficializados, as formações têm um caráter marginal por, a princípio, partirem diretamente de um grupo de intelectuais ou artistas, que se unem em prol de um causa comum. Note-se que uma formação pode ser caracterizada como tal somente através de um procedimento de análise retroativo, que reconhece um grupo, um programa de ação, seus feitos e seus efeitos — pensemos nos agrupamentos do modernismo e seus manifestos; nas revistas *Klaxon*, *Terra Roxa*, *Festa*, *Clima*, *Estética*, que expressam e divulgam a produção e o ideário estético de determinados grupos.

Entendo, a partir daí, que não se pode pensar *Opinião* como uma formação “tradicional”, ou melhor: parece que o conceito de formação não dá conta da esfera de ação do jornal. Primeiro, porque um fator que difere uma formação de uma instituição é, justamente, seu caráter informal, ou seja, uma instituição possui uma organização interna regularizada e suas relações com o restante da sociedade são geralmente regulamentadas — e esses fatores podem ser identificados em nosso caso. Segundo, porque aplicar o conceito de formação indistintamente acaba por suprimir muitas das identidades do jornal. Ao garantir a este nome — *Opinião* — uma unidade de coerência através da formação, podemos estar suprimindo suas forças individuais, seus conflitos internos — e eles de fato existiram, pois os ideais nem sempre foram comuns.

Raymond Williams ainda repara que, na vida cultural moderna, a ação das associações com caráter informal tem funções básicas. Defende o autor de *Cultura* que o estudo da organização interna de determinada formação e suas relações propostas e reais com outras organizações constitui um progresso evidente de análise, que supera o estudo empírico de

² Cf. WILLIAMS, Raymond. Tradições, instituições e formações. *Marxismo e literatura*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 120.

“movimentos” ou “ismos” sucessivos, que, por sua vez, terminam numa discussão não localizada sobre “estilos”. Para isso, Williams flexibiliza o conceito de formação, entendendo como dele fazendo parte as formações cuja organização interna não é baseada na participação formal de associados, mas em torno de alguma ‘*manifestação pública coletiva*, tal como uma exposição, um jornal ou periódico do grupo, ou um manifesto explícito”³.

Equacionando essa gama de conceitos, conforme o ângulo a partir do qual olhamos, *Opinião* figura ora como formação intelectual dissidente que interpreta a ação estatal, ora como instituição que legisla valores acerca da cultura, num eixo marginal, quase a-mercadológico. Mas, a essa altura, é possível estar fora do mercado?

ENTRE A NOTÍCIA E O ENSAIO

Suplemento ou não? Jacques Derrida percebe, em *A escritura e a diferença*, que o suplemento funciona como um signo que, somado a uma unidade anterior, acaba por modificá-la, indicando-lhe uma falta. Porém, considerada essa adição, há um movimento que redesenha a falta, de modo que a possibilidade de adição se torna infinita.⁴

Aplicando-se o termo *suplemento* aos jornais, figurando como “suplemento cultural”, é possível reconhecer esse movimento. Algo que, nos fins de semana, encarta-se junto ao noticiário cotidiano. Trata-se de um lugar especial dado à cultura, como percebeu Silviano Santiago, relacionando-a à idéia de lazer, entretenimento. A leitura de um suplemento cultural é um modo de se conceber a cena cultural de um período X. Ao mesmo tempo em que espiamos essa cena

³ Cf. IDEM. Formações. *Cultura*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1992, p. 68.

⁴ Cf. DERRIDA, Jacques. A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas. *A escritura e a diferença*. 2ª ed. Trad. Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 1995, p. 245.

como se houvesse de fato um “fora do suplemento”, vemos como esse fora se constitui a partir do lugar que o enuncia, ou de como é possível pensar a idéia de um *fora*. O suplemento, assim, constrói um fora — a cultura — à sua revelia e, portanto, sempre parcial, passível de adição.

Penso que não podemos olhar “Tendências e Cultura” como um suplemento em sentido estrito, à medida que, embora com altos e baixos, a editoria permanece do início ao fim do jornal, constituindo-se como uma peça fundamental de sua estrutura. Porém, deixada de lado essa hipótese, a idéia de uma “seção cultural” ilustra um *valor*, algo necessário, que se encaixa no projeto civilizador de *Opinião*. E isso nos mostra um tratamento que soma a cultura às demais categorias da ordem social, dando-lhe um estatuto *complementar*, não de fator determinante, o que ainda indica uma separação entre arte e vida. “Tendências e Cultura” não é, definitivamente, um suplemento, mas o tratamento que *Opinião* fornece à cultura é suplementar. Nesse sentido, durante parte de 1974, há um movimento interessante: a seção desaparece, e seu conteúdo triparte-se nas seções “Assuntos” (que seriam matérias de maior peso ou entrevistas, estas bastante características daquilo que Silviano Santiago sublinha em *Vale quanto pesa*: “Como a obra não pode mais ‘dizer’ tudo o que o artista gostaria de dizer, o homem é obrigado a procurar o espaço-jornal para complementá-la com a entrevista”⁵); “Comentário” (um caderno de resenhas), e “Movimento” (pequenas notícias culturais sem assinatura). Se não indica uma crise, esse movimento talvez tente camuflar a condição suplementar, pondo a cultura na ordem do dia, sem diferenciá-la dos demais fatos. Porém, algum tempo depois, a editoria retorna. Diga-se de passagem, estes são desdobramentos das mudanças editoriais, assunto no qual aqui não pretendo me deter.

⁵ SANTIAGO, Silviano. O teorema de Walnice e sua recíproca. *Vale quanto pesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 78-9.

Penso ser “Tendências e Cultura” um forte indício do modo como *Opinião* se manifesta como instituição. Ao divulgar, elege modos de produção cultural, e essa ação não é neutra, pois define quais seriam as “tendências” e, por fim, o que é a “cultura”. Elio Gaspari, em colaboração recente, intitulada “Alice e o camaleão”, mostra que sem a galhofa do *Pasquim*, *Opinião* conseguia um efeito mais fundamentado na juventude universitária. Sem o componente marxista militante, surgia espaço para uma nova esquerda pluralizada, com lugares previstos para a mulher, o negro, o homossexual, sem que isso remetesse para uma marcha ao socialismo. Além disso, a seção cultural vinculada “vocalizava a hostilidade ao dogma do nacional-popular, base do prestígio dos intelectuais da esquerda tradicional”.⁶

O conteúdo de “Tendências e Cultura” é ilustrativo de um período tenso para a produção crítica no país. Trata-se do momento no qual Flora Süssekind reconhece a atuação do “crítico teórico”, que nos meios de massa passa a exercer uma função fora dos limites da academia, o que, para Flora, redesenharia uma volta à crítica de rodapé.⁷ E este tipo de colaboração marcará uma disputa entre jornalistas e intelectuais, ou melhor, entre jornalistas e especialistas e, em última análise, entre tipos de texto nos quais se pode indagar qual a função do crítico. A esse respeito, Susan Sontag, em entrevista ao caderno *Mais! da Folha de S. Paulo*, é categórica:

Eu considero um crítico, uma pessoa que pensa que seu papel é o de monitorar alguma cena cultural e dizer: “Ok. Isto é bom. Aquilo não é muito bom. Aquilo não é nada bom”. Em outras

⁶ Cf. GASPARI, Elio *et al.* Alice e o camaleão. 70/80 — *Cultura em trânsito: da repressão à abertura*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, p. 27.

⁷ Cf. SÜSSEKIND, Flora. Rodapés, tratados e ensaios. A formação da crítica brasileira moderna. *Papéis colados*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1993.

palavras, uma espécie de guia do consumidor. Eu nunca quis fazer isso e nunca fiz. Nunca tive nenhum relacionamento permanente com nenhuma revista ou jornal. Eu não escrevo crítica.⁸

Renato Ortiz mostra, em *A moderna tradição brasileira*, que neste período é que podemos falar em indústria da cultura no Brasil, havendo um mercado de bens simbólicos constituído. De certo modo, contrariamente aos efeitos esperados pelos projetos modernistas, a cultura tornou-se um artefato passível de consumo. Daí que dificilmente se possa dissertar, num espaço como o de *Opinião*, sobre algum artefato cultural — livro, filme, peça teatral, etc. —, sem que, ao mesmo tempo, essa análise esteja desvinculada do rótulo “novidade” que o mercado requer.

Está aí esboçada a tensão entre a notícia e o ensaio. Para estar no jornal, é bom deixar o hermetismo de lado. Porém, sob a égide da objetividade, instaura-se uma ditadura da representação, das formas possíveis e impossíveis do dizer. E é a partir deste mote que surgem as disputas internas, obstruindo a idéia de uma formação intelectual homogênea. A título de exemplo, na área da literatura, trava-se um debate, quase uma polêmica, acerca de que rumos úteis a literatura deveria tomar com relação à sociedade. Por um lado, o romance-denúncia, em nova formatação realista, pregava através de críticos (?) como Aguinaldo Silva, que a literatura teria uma função de dizer o que à imprensa seria proibido, opondo-se à vertente “fantástica”, que ganhava terreno na América Latina com os textos de Cortázar e Borges, p. ex., rejeitados como produtos elitistas. (Não esquecer que a denominação “fantástico” advém de uma concepção realista de literatura.)

A utopia de *Opinião* não se dá em prol de um determinado campo teórico, escola, movimento; trata-se da elaboração de um lugar onde as diferenças intelectuais possam emergir e

⁸ Intervenção de Susan Sontag no debate “O marxismo na era pós-moderna”, realizado no auditório da *Folha*, em 14 de agosto de 1992, composto ainda por Fredric Jameson, Roberto Schwarz e Paulo Arantes. Publicado com o título “A permanência do marxismo” *Mais!*, 23 ago. 1992, p. 11.

se confrontar. Embora possamos reconhecer um agrupamento e, a princípio, uma causa comum, o divisor de águas passa a ser o lugar de enunciação e a ação externa.

É possível pensar a cultura como esfera/estrutura autônoma, desatrelando-a tanto do que a ordena como espírito formador (o que corresponderia a um movimento estatal de interpretação), quanto da ordem que a define através de valores de circulação de objetos (um movimento de mercado)?

Parece difícil de se responder sem que se repense a própria questão. O que garante autonomia não é um resultado final, aquilo que seria *produzido* por um processo cultural, nem um tiquê que denunciaria uma singularidade em relação a uma ordem global. A autonomia só existe enquanto processo de gestação das posições, no espaço entre intenção e fim, à medida que todo posicionamento ativista pressupõe a coagulação de um movimento intelectual ideologizado. Este movimento crítico entre-lugares corresponde àquilo que não se deixa absorver como *fim*, não subserve a uma finalidade.

Penso que estas questões são ilustrativas de um modo de se abrir o arquivo, tentando conservar suas tensões internas, sob a égide de uma unidade. Não se trata de hermenêutica ou ciência da interpretação. As possibilidades, como mostra Derrida, serão sempre infinitas.

Gostaria, por último, de dividir uma pérola. Às últimas edições de *Opinião*, cinco anos após o início das atividades, em uma matéria dedicada à dança, Ethel Leon e José Castello Branco realizam uma enquete, por telefone, com vários intelectuais, com a seguinte pergunta: “O que você faz pelo seu corpo?”. Deixemos de lado o mérito da questão, para observar a resposta de Gustavo Corção, na época articulista de *O Globo*. Ela dá a dimensão da marginalidade de *Opinião*:

Qual é a tendência de seu jornal? Ele existe há quanto tempo? Eu não conheço o seu jornal. [...]
Eu não conheço esse jornal. Qual é o nome mesmo? Eu não conheço. De que tendência ele é? (em voz mais firme) Não, eu não entro nessa não. Eu não respondo.⁹

⁹ “Tirando o corpo fora”, *Opinião* n. 216, 24 dez. 1976, p. 20.